

Empresariado quer Constituinte liberal

Os líderes empresariais criticaram as tentativas de ampliar o poder do Estado na nova Constituição

A ampliação do poder intervencionista do Estado na economia, tendência que vem tomando corpo nas propostas aprovadas nas subcomissões e comissões da Assembleia Nacional Constituinte, foi duramente criticada pelos empresários paulistas que participaram ontem do seminário "Os Agentes Econômicos na Nova Constituição", promovido pela Confederação Nacional da Indústria e pelo jornal *O Globo*. Os representantes da iniciativa privada receiam que a aprovação do texto constitucional com propostas "totalmente distantes da realidade", sob "a desculpa de maior amparo social", possa colocar a economia em um colete de gesso, impedindo o desenvolvimento do País. Um dos oradores mais aplaudidos, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, advertiu para "o excesso de regras pairando sobre a atividade produtiva privada, que incentiva a ineficiência, o desperdício e a corrupção".

Em discurso, Mário Amato salientou "a crescente interferência da tecnocracia na atividade econômica, acompanhada de uma intensa produção regulatória, que incorporou vocabulário hermético e artificial, substituindo a clareza do pensamento pelo mascaramento das intenções". Referindo-se a este excesso de regulação, Amato citou o congelamento dos preços — denominado "engessamento" — e disse já serem claros os sintomas de perturbação do ritmo da produção e da comercialização, o que amplia o risco de novo processo de "deseconomia".

Lembrando a responsabilidade dos parlamentares na definição do "futuro do País", Amato afirmou que não se pode consentir em intervenções constitucionais casuísticas, impostas por razões imediatistas endossadas por minorias ideológicas radicais". Segundo ele, já existe um excesso de regras pairando sobre a atividade produtiva privada: "O Estado regula muito e mal e, nessa obsessão regulatória, compromete-se com a sustentação de um complexo burocrático obsoleto, o que resulta em uma forma alienada de incentivo à ineficiência, ao desperdício e até à corrupção", afirmou.



Alfredo Rizzutti

Dos que presidiam a mesa, Mário Amato (1º à direita), foi o mais aplaudido

Salientando que o mundo socialista já vem adotando a liberalização econômica em busca da eficiência e dizendo-se um descrente da eficácia da ação reguladora do Estado e confiando na ação do moderno capitalismo, o dirigente da Fiesp disse que é preciso evitar o ingresso do populismo na área econômica e reconhecer a necessidade de adequada limitação do poder. "É hora do bom senso e de abandonar a fantasia, atentando-se para a realidade nacional", afirmou Amato, defendendo "o fim da demagogia e de conclusões polítics fisiológicos" que colocam em risco a democracia econômica e política. "Ao Estado — friso — não deve ser consentida a intervenção no processo econômico que resulte na limitação da rentabilidade da empresa privada,

porque isso não impede que sejam asseguradas aos trabalhadores condições dignas de trabalho e de vida".

Também o vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, condenou o radicalismo que vem orientando a atuação de algumas das comissões da Assembleia Nacional Constituinte e ressaltou que várias das propostas aprovadas, principalmente pela Comissão de Ordem Social, são totalmente distantes da realidade nacional. De acordo com Bueno Vidigal, a aprovação de proposições como a jornada de 40 horas, estabilidade e férias em dobro representariam a ampliação da informalidade e o desrespeito às leis, por serem elas impraticáveis.

O deputado constituinte e ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, por sua vez, afirmou que o texto elaborado pela Comissão de Sistematização é inviável e não está à altura do País. Ele defendeu um pacto nacional das bases para impedir a estatização crescente e para buscar o equilíbrio entre o liberalismo puro e o estatismo radical. Classificando o Estado de um grande "colarinho branco", que não mostra o que faz com o dinheiro da sociedade, Afif disse que agora é a hora de pôr "um basta nessa situação". "Se a mentira for consagrada por 50% mais um no plenário da Constituinte, o consumidor será prejudicado e sofrerá a ditadura do um terço do Congresso."

"Cheque em branco" a favor do governo

O novo sistema tributário proposto pela Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Constituinte é inovador e representa um aperfeiçoamento da reforma tributária de 1967, afirmou ontem o deputado federal e ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Esse trabalho, porém, "não passa de um sonho", uma vez que, tão logo caiu nas mãos da Comissão de Sistematização, sofreu alterações, como a do poder dado ao Estado de instituir "contribuições sociais", através do artigo 341, e "outras contribuições compulsórias" (artigo segundo), que, na opinião de Dornelles, correspondem à "assinatura de um cheque em branco" pelo contribuinte em favor do governo.

Os princípios tributários ideali-

zados pela Comissão de Temática ficaram desvirtuados pelas alterações feitas pela Comissão de Sistematização, acredita Dornelles. Na sua fórmula original, favorece estados e municípios, proporcionando uma desejada descentralização administrativa; estabelece regras claras para maior proteção do contribuinte; torna mais transparente o princípio de anterioridade, fazendo assim que qualquer mudança de ordem tributária só seja feita no período anterior à geração da receita e limita os empréstimos compulsórios apenas aos casos de calamidade pública.

Com as alterações, o Estado passa a ter autonomia para exigir contribuições adicionais ao Imposto de

Renda, sobre produção agrícola e sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas. O mesmo grupo de políticos que condenou o casuismo de governos passados, cria agora, segundo Dornelles, fórmulas que deixam o cidadão sem qualquer defesa.

O conceito e a definição da empresa nacional, pelos constituintes, foram também motivo de crítica por parte de Dornelles e demais participantes da sessão da tarde da Segunda Mesa-Redonda, promovida pela Fiesp, sob tema "Os agentes econômicos na nova Constituição". Ao deixar de caracterizar a empresa de capital estrangeiro constituída no Brasil como empresa nacional, a nova legislação criará, no mínimo, espaço

para que países como os Estados Unidos tributem os lucros das subsidiárias americanas instaladas no País. Para Dornelles, isso não passa de uma demonstração de "ignorância e de demência". Disse que é equivalente a considerar não-brasileira a pessoa nascida no Brasil e com pais estrangeiros.

O diretor do Departamento Jurídico da Confederação Nacional da Indústria, Hugo Carvalho Coelho, criticou também a proposta da Comissão de Sistematização de dar garantia de emprego estável ao trabalhador. Para os debatedores do seminário, esta é uma matéria para a legislação ordinária, ou mesmo para negociação em dissídios coletivos.